

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

São 8 os remédios Constitucionais. Existem remédios constitucionais Judiciais e Administrativos. Existem remédios constitucionais que estão dentro do **art. 5º** e um que está fora do **art. 5º**.

Os remédios constitucionais administrativos estão no **art. 5º** no tema do direito de petição e direito de certidão. Eles são assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxa. A negativa na expedição de certidão é combatida por meio de mandado de segurança. Direito de petição, direito de certidão negados, injustificadamente fere um direito líquido e certo. Nessa ocasião, cabe um mandado de segurança.

Remédios constitucionais são ações constitucionais. São garantias do Direito Internacional, logo, não são direitos. Protegem direitos.

- Sinônimos: ações, garantias, writs.
- Diferença entre direitos e garantias.

6 Remédios Constitucionais

- Os dois que começam com H são gratuitos, enquanto os que começam com M são pagos.
- Partido político com representação no Congresso vale para o Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção Coletivo e para o *Habeas Corpus* Coletivo.
 - Entidade de classe, sindicato e associação constituída há mais de um ano também é a mesma para os três.
 - O Ministério Público e a Defensoria Pública podem entrar no Mandado de Injunção Coletivo e no *Habeas Corpus* Coletivo, mas **não podem** entrar no Mandado de Segurança Coletivo.

Habeas Corpus — Direito de locomoção (ir, vir e permanecer)

- O único que não precisa de advogado.
- Gratuito
- Pode ser impetrado por qualquer pessoa, inclusive estrangeiros. No entanto, deve-se usar a língua portuguesa e assina-lo. Não se admite *habeas corpus* apócrifo, visto que é livre a manifestação do pensamento vedado o anonimato.



- STF entendeu que pode ser Coletivo ou Individual.
 - No *Habeas Corpus* coletivo, a legitimidade é igual à do Mandado de Injunção Coletivo.
 - Obs.: questões de prova tratarão que a legitimidade para o HC coletivo é a mesma da ação civil pública, o que não é verdade.

Habeas Data — Direito de informação de caráter pessoal

- Gratuito

Mandado de Segurança — Direito líquido e certo (residual)

- STF entendeu que pode ser Coletivo ou Individual.

Mandado de Injunção — Omissão Legislativa (residual)

- Tem sido bastante cobrado em prova.
- STF entendeu que pode ser Coletivo ou Individual.
- A lei do mandado de injunção é a mais recente de todas.
- A legitimação para se entrar com mandado de injunção coletivo é mais ampla do que para entrar com mandado de segurança.
- Caberá Mandado de Injunção para proteger direito líquido e certo de natureza residual. Esse não é amparado por *Habeas Corpus* (direito líquido e certo de locomoção) nem por *Habeas Data* (direito líquido e certo de caráter de informação).

Ação Popular — Ato lesivo

- Muito parecida com a Ação Civil Pública.
 - A grande diferença está na titularidade: essa é do cidadão;

ATENÇÃO

Cidadão é o brasileiro que possui CEA: **Capacidade Eleitoral Ativa.**

Cidadão não é a mesma coisa de dizer “brasileiro no pleno gozo dos direitos políticos”, pois esse conceito diz respeito à capacidade eleitoral ativa mais a capacidade eleitoral passiva, isto é, votar e ser votado. Um jovem de 16 anos que tirou o título de eleitor pode votar, mas não pode ser votado. Podendo votar, pode-se entrar com ação popular. Tanto é verdade, que para se entrar com ação popular, a comprovação se dá por meio de título ou documento correspondente ao título.



A banca FGV, por exemplo, costuma colocar questões perguntado se “todo brasileiro é cidadão”, se “nacionalidade tem a ver com cidadania” etc. O recorte é: é cidadão se tem capacidade eleitoral ativa. Obs.: esse não pode entrar com Ação Civil Pública.

Ação Civil Pública (art. 129 da CF) — Defesa do Patrimônio Público

- Não aparece dentro do **art. 5º**
- Para ajuíza-la, a Iniciativa é concorrente (o Ministério Público e Defensoria Pública, por exemplo)
- No que tange a improbidade administrativa, o STF entendeu, interpretando a Lei de Improbidade administrativa com a modificação recente sofrida por essa, no sentido de que poderia ser movida ação que versasse sobre improbidade administrativa (normalmente é Ação Civil Pública), tanto pelo Ministério público quanto pelo ente que foi lesado por meio de alguma prática.
- A titularidade da Ação Civil Pública não é exclusiva do Ministério Público.

HABEAS CORPUS

Texto Constitucional

LXVIII – — Conceder-se-á ***habeas corpus*** sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua **liberdade de locomoção**, por ilegalidade ou abuso de poder.

- Origem no mundo: Magna Carta, 1215
 - Importante para a prova;
 - Exemplo de Constituição pactuada ou dualista.
 - Foi um acordo entre o monarca e o parlamento.
- Origem no Brasil
 - O *Habeas corpus* não esteve presente em todas as constituições brasileiras.
 - A primeira Constituição, de 1824, não tratou de *Habeas Corpus*.
 - Ele surge no Brasil com o código criminal do Império.
- Tutela do direito de locomoção: ir, vir e permanecer — **como era antes?**

Como Era Antes

Mandado de segurança é invenção do direito brasileiro. Até a década de 30, cabia *habeas corpus*, por exemplo, para questões de direito eleitoral. Não tinha relação com ser preso ou ser solto, isto é, não estava restrito ao direito de locomoção.

HABEAS CORPUS — PARTES

- **Impetrante** (qualquer pessoa, natural ou jurídica)
 - Quem **não** pode ser?
 - No exercício das funções, o juiz e o delegado.
 - O juiz pode conceder *habeas corpus* de ofício.
- **Impetrado** (autoridade pública ou particular)
 - Contra quem se entrará.
 - Contra quem se entrará, muitas vezes, definirá de quem é a legitimidade.
- **Paciente**
 - Menores (**podem ser pacientes**)
 - Pessoas jurídicas (**Não pode ser paciente**);
 - Animais (**Não pode ser paciente**).

Obs.: existe o chamado crime ambiental, cujo artigo (**art. 225**) trata da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais. Nem mesmo nesse caso caberia *Habeas Corpus*, visto que não se está diante de um direito de locomoção da pessoa jurídica.



15m

HABEAS CORPUS — MOMENTOS

Existem 3 modalidades de *habeas corpus*.

- Preventivo ou salvo conduto — Antes da violação do direito de locomoção.
- Repressivo ou liberatório — Depois da violação do direito de locomoção.
- HC coletivo: com a mesma legitimação do MI coletivo.

A terceira espécie

- *Habeas corpus* trancativo/preservativo/profilático

Exemplo: um juiz da área criminal sabe que há uma ação penal contra X na Vara em que atual. O Juiz, então decreta a quebra do sigilo bancário, fiscal, de dados e interceptação telefônica de X, que está respondendo em liberdade. No entanto, X sabe que a quebra do sigilo bancário é um processo criminal, e que desse pode originar uma sentença que pode vir a prejudicá-lo. X entra com *habeas corpus* para impedir a queda do

sigilo bancário. Dentro de um processo criminal no qual haja a possibilidade de prisão, cabe *habeas corpus*.

HABEAS CORPUS E A VEDAÇÃO A DILAÇÃO PROBATÓRIA

Dentro do *habeas corpus*, não se permite dilação probatória. Existem ações de **cognição ampla**, nas quais se produzem vários tipos de prova, e ações de **cognição restrita**, nas quais há poucas possibilidades de produção de prova.

Direito líquido e certo: é aquele que pode ser comprovado unicamente por meio de prova documental pré-constituída.

Considerando que o mandado de segurança protege o direito líquido e certo, pode-se dizer que não há no mandado de segurança, por exemplo, prova testemunhal. Da mesma maneira, não há testemunha no *habeas corpus*. Tem-se ação de cognição restrita, prova previamente produzida documental.

HC pode ser usado para pleitear a absolvição do acusado? Em alguns casos sim. Desde que não seja necessária a dilação probatória.

- A (im)possibilidade de discussão probatória;
- A atipicidade da conduta;
 - Se provado que, por exemplo, a conduta que está sendo atribuída ao sujeito está protegida pelo princípio da insignificância.
 - É possível, até mesmo, trancar o inquérito policial por meio de *habeas corpus*.



20m

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Aragonê Fernandes.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
